

PROCESSO TCE N° 129.146

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Fazenda

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda, exercício 2016.

RESPONSÁVEL: Joaquim Manoel Mansour Macêdo

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 11.856/2020

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DE ESTADO. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. REGULARIDADE.**  
Constatada a regularidade das contas apresentadas, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1401ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. JOAQUIM MANOEL MANSOUR MACÊDO**, considerando-a **REGULAR** e **2) REMETER** os autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 07 de maio de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 129.146

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Fazenda

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda, exercício 2016.

RESPONSÁVEL: Joaquim Manoel Mansour Macêdo

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. JOAQUIM MANOEL MANSOUR MACÊDO**<sup>1</sup>.
2. As contas foram enviadas eletronicamente a esta Corte em 19 de abril de 2017, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, g<sup>2</sup>, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013<sup>3</sup>.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 2.613) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, após diligências, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **irregulares**, as contas apresentadas pela então **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** - fls. 2.636/2.649.
4. Após a citação (fls. 2.653/2.654), realizada por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 1.190, de 26 de setembro de 2019, foi oferecida defesa (fls. 2.661/2.820), tendo a 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO emitido Relatório Técnico Complementar (fls. 2.832/2.837), considerando regular a prestação de contas em análise.

<sup>1</sup> Secretário de Estado durante o exercício;

<sup>2</sup> Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

g) Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado, Defensor Público Geral, Vice-Governador, Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar, Comandante do Corpo de Bombeiros e Comandante da Polícia Militar;

<sup>3</sup> Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu i. Procurador Dr. Sérgio Cunha Mendonça, se manifestou pela regularidade das contas apresentadas (fl. 2.843).
6. É o Relatório.
7. Rio Branco, 07 de maio de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 129.146

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Fazenda

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda, exercício 2016.

RESPONSÁVEL: Joaquim Manoel Mansour Macêdo

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## VOTO

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. JOAQUIM MANOEL MANSOUR MACÊDO**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo II do Manual de Referência, 3ª edição);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>4</sup>, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, SR. PEDRO NOGUEIRA BRILHANTE

<sup>4</sup> Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

JÚNIOR, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados, regularmente inscrito no respectivo Conselho<sup>5</sup>;

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2015, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.098, de 29-12-2015, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 976.560.612,22 (novecentos e setenta e seis milhões quinhentos e sessenta mil seiscentos e doze reais e vinte e dois centavos)<sup>6</sup>, após anulações e suplementações<sup>7</sup> atingiu o montante de R\$ 874.611.839,83 (oitocentos e setenta e quatro milhões seiscentos e onze mil oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos);

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

**e.1) o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, demonstra que a receita arrecadada foi superior (R\$ 877.303.979,69) à despesa empenhada (R\$ 864.065.148,72), gerando um *superavit* de R\$ 13.238.730,97 (treze milhões duzentos e trinta e oito mil setecentos e trinta reais e noventa e sete centavos);

**e.2) quanto ao BALANÇO FINANCEIRO**, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com

<sup>5</sup> Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

<sup>6</sup> Ao desconsiderar os valores de R\$ 304.966.133,31 (trezentos e quatro milhões novecentos e sessenta e seis mil cento e trinta e três reais e trinta e um centavos), relativos ao FUNDES - Folha de Pagamento de Pessoal Saúde e R\$ 1,00 (um real), referente ao Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Acre (fl. 17), restou o montante de R\$ 1.048.884.139,32 (um bilhão quarenta e oito milhões oitocentos e oitenta e quatro mil cento e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), exatamente o mesmo valor apresentado na conta Previsão Inicial - do Balanço Orçamentário (fls. 3/4) e no Demonstrativo da Despesa por Órgãos (fl. 17).

<sup>7</sup> Créditos Suplementares: R\$ 62.097.220,72  
Anulações: R\$ 164.045.993,11;

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que foi confirmado o saldo evidenciado de R\$ 296.466.539,35 (duzentos e noventa e seis milhões quatrocentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos), especialmente após a defesa apresentada, que esclareceu a divergência apontada no relatório preliminar<sup>8</sup>;

**e.3)** quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, evidenciou o patrimônio do órgão, tendo sido encaminhado o inventário de bens móveis<sup>9</sup>, em atendimento aos artigos 94 a 96, da Lei n. 4.320/64 e Anexo II, item XIV, do Manual de Referência (3.ed.) constante na Resolução-TCE n. 87/2013. Quanto ao inventário de bens imóveis, registrados no valor de R\$ 16.525.888,96 (dezesesseis milhões quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), cujo levantamento está a cargo da Procuradoria Geral do Estado, deve ser verificado o prazo previsto pela Portaria STN n. 548, de 24 de setembro de 2015<sup>10</sup>, e como as contas em análise se referem ao exercício de 2016, não há falha a ser apontada;

**e.4)** prosseguindo, a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que a diferença entre a variação patrimonial aumentativa (R\$ 5.194.374.016,54) e a diminutiva (R\$ 4.706.060.778,34) foi de R\$ 488.313.238,20 (quatrocentos e oitenta e oito milhões trezentos e treze mil duzentos e trinta e oito reais e vinte centavos);

**f)** no tocante ao **DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**, foi encaminhado de acordo com o previsto no item VII, do Anexo II da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>11</sup>,

<sup>8</sup> Foi apontada divergência de R\$ 1.777.899,43 (um milhão setecentos e setenta e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) entre o saldo para o exercício seguinte – Balanço Financeiro, que é de R\$ 296.466.539,35 e a somatória dos recursos/por conta pertencentes à SEFAZ, que é de R\$ 294.466.539,35. Constatou-se que o respectivo valor está registrado nos Balancetes contábeis da SEFAZ e corresponde a garantias relativas a Contratos firmados pela Unidade.

<sup>9</sup> Evidenciados no valor de R\$ 9.463.307,21 (nove milhões quatrocentos e sessenta e três mil trezentos e sete reais e vinte e um centavos) e com a respectiva depreciação no montante de R\$ 1.562.818,30 (um milhão quinhentos e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais e trinta centavos);

<sup>10</sup> 31-12-2018 para o DF e Estados. Disponível em: <

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/653221/Item+1+-+PIPCP+-+Anexo+Portaria+548-2015.pdf/02621710-aeb1-43ca-8289-db115cf68356>>, acesso em 28 abr.2020;

<sup>11</sup> Demonstrativo de licitações e contratos, inclusive dos celebrados em exercícios anteriores cuja vigência e execução alcancem a vigência da prestação de Contas, contendo:

a) número do contrato e do diário oficial em que foi publicado;

b) empresa contratada;

c) modalidade da licitação;

d) número da licitação, dispensa e inexigibilidade e do diário oficial em que foi publicada;

Processo TCE n. 129.146 (Acórdão n. 11.856/2020/Plenário)



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

tendo sido analisados 03 (três) avenças, por amostragem (n.ºs 009/2016, 017/2015 e 023/2012 – fls. 2.642/2.644), e constatada a observância ao ordenamento jurídico vigente;

**g)** no que diz respeito aos **DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS E DAS OBRAS CONTRATADAS**, previstos nos itens VIII, IX e X, do Anexo II, da Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência, 3ª edição), foram apresentadas declarações de “nada consta”, atendendo dessa forma o disposto do § 3º do artigo 2º da referida Resolução<sup>12</sup>,

**h)** quanto aos **DEMONSTRATIVOS DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS e DAS DIÁRIAS** foram apresentados de acordo com o previsto nos itens XI a XII, do Anexo II, da Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência, 3ª edição), tendo sido esclarecida a falha detectada na concessão de diária no exercício em análise;

**i)** por fim, no que diz respeito ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, foi atendido o previsto no item XVII do Anexo II da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>13</sup>;

**3.** Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93<sup>14</sup>, pela:

**3.1 APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. JOAQUIM MANOEL MANSOUR MACÊDO**, considerando-a **REGULAR**;

- 
- e) objeto;
  - f) valor contratado;
  - g) valor aditivado;
  - h) valor executado do exercício; i) valor acumulado;
  - j) início e fim da vigência;
  - k) fonte de recursos;
  - l) justificativa;
  - m) elemento de despesa.

<sup>12</sup> § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

<sup>13</sup> “XVI - Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos:

- a. relatório da gestão financeira, patrimonial e orçamentária;
- b. descrição analítica das atividades e da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual do ente, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas;
- c. certidão de auditoria, bem como a informação quanto a existência de qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;”

<sup>14</sup> Art. 51 - As contas serão julgadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**3.2 REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

**4. É como Voto.**

**5. Rio Branco, 07 de maio de 2020.**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora